

DIÁRIO DA REPÚBLICA



S. TOMÉ E PRÍNCIPE

PREÇO DESTA NÚMERO — Db. 80,00

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no <i>Diário da República</i> , a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida à Empresa de Artes Gráficas — Caixa Postal 2.º 28 — de Tomé.	Assinaturas	Anúncios — por cada linha de corpo 8... Db. 12,00 Anúncios repetições têm o desconto de 50%.
	Ano Semestre Trimestro	
Dentro do País	Db. 2400,00 1200,00 800,00	
Fora do País	Db. 5520,00 2760,00 1872,00	
Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.		Em conformidade com a lei, cobrar-se-á mais 4% sobre o preço do anúncio.
		Anúncio algum será publicado sem que venha acompanhado de seu custo prévio! e assim se será, quando houver espaço disponível para isso.

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 51/91.

Define regras de utilização e fixa os princípios gerais e critérios de distribuição das terras que integram o domínio privado do Estado e destinados a fins agrícolas.

Decreto n.º 52/91.

Dá por finda a comissão de serviço que o senhor Manuel Gonçalves Afonso, vinha exercendo como Administrador do Hospital Dr. Ayres de Menezes e nomeia em comissão de serviço a senhora Maria do Carmo dos Santos Sequeira Bragança Neto para exercer o referido cargo.

Gabinete do Primeiro Ministro

Despacho n.º 73/91.

Ministério dos Assuntos Sociais

Despacho n.º 74/91.

Direcção dos Recursos Humanos — Sector da Educação e Cultura.

Departamento de Recursos Humanos da Direcção do Plano e Finanças — Sector da Saúde.

Ministério do Equipamento Social e Ambiente

Despachos n.ºs 75 e 76/91.

Direcção de Planificação Física.

Tribunal Superior de Recurso

Despacho.

Anúncios Judiciais e outros

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 51/91

1. Considerando que a Lei n.º 3/91 definiu o quadro jurídico-institucional regulador da propriedade fundiária Estatal;

2. Considerando a imperiosa necessidade de se definir regras de utilização, com vista a aumentar o seu rendimento e fixar os princípios gerais e critérios de distribuição das terras que integram o domínio privado do Estado e destinadas a fins agrícolas;

Nestes termos,
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 3/91, o Governo decreta o seguinte:

Artigo I

Objectivos

A distribuição de terras que integram o domínio privado do Estado e destinadas a fins agrícolas tem como objectivo, mediante um novo ordenamento do espaço rural, a fixação do homem a terra, o aumento da rentabilidade agrícola, a satisfação das necessidades de cada família e a elevação do seu nível de vida.

Artigo II

Beneficiários

Sem prejuízo das disposições da Lei n.º 3/91, as terras que integram o domínio privado do Estado e destinadas a fins agrícolas, serão distribuídas à:

1. Trabalhadores das Empresas Agrícolas.

2. Finalistas do Centro de Formação Agro-Pecuária.

3. Trabalhadores despedidos no âmbito do Programa de Reforma da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado;

4. Desempregados;

5. Outros.

Artigo III

Forma de Disposição

A distribuição de terras prevista no presente Decreto-Lei, terá a forma de contrato de concessão e far-se-á pelo ajuste directo entre as partes e mediante a constituição do Direito de Usufruto a título oneroso.

Artigo IV

Dever de Cultura Pessoal

Os beneficiários das terras distribuídas no âmbito do presente Decreto-Lei deverão cultivá-las pessoalmente durante um período não inferior a cinco (5) anos, fazendo da agricultura a sua profissão habitual e permanente.

Artigo V

Prazo de Usufruto

O contrato de concessão é celebrado pelo prazo de vinte anos, sem prejuízo da sua renovação automática por períodos idênticos, caso não seja denunciado por qualquer das partes com a antecedência mínima de dois anos.

Artigo VI

Cessação da Concessão

1. Em qualquer momento da vigência da concessão pode o concessionário fazê-lo cessar, revertendo a terra ao Estado.

2. Se o contrato terminar antes do termo estabelecido, o concessionário terá direito a ser indemnizado pelo valor das benfeitorias necessárias introduzidas e não reintegradas.

3. Nos mesmos termos do número anterior, o concessionário responderá pelos prejuízos causados a propriedade resultantes da sua incuria ou má gestão.

Artigo VII

Superfície Óptima

1. A superfície de terreno a ser distribuída a cada indivíduo será definida pelos Serviços competentes do Sector de Agricultura do Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros, mediante a determinação da quantidade óptima de terra necessária e suficiente para garantir o sustento da família e a elevação do seu nível de vida.

2. Serão consideradas para o efeito as características da região, as qualidades do solo, o tipo de cultura e a sua rentabilidade.

Artigo VIII

Critérios de Acesso

A concessão de terra prevista no artigo 2.º do presente diploma far-se-á mediante as seguintes condições:

1. Uma inscrição no Gabinete de Coordenação e Assistência Técnica do Sector de Agricultura do Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros, mediante preenchimento e entrega de formulário próprio.

2. Manifestação inequívoca da vontade do interessado em cultivar a terra.

3. Não possuir gleba ou outro prédio rural qualquer em estado de abandono.

4. Dimensão do agregado familiar.

5. Proximidade com o prédio em questão ou eventualmente requerido.

Artigo IX

Noção de Agregado Familiar

Para efeitos deste diploma, considera-se agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por laços de parentesco, afinidade, adopção, convivência marital e outros, desde que em regime de economia comum.

Artigo X

Limites de Concessão

1. É interdita a concessão de mais de um prédio rural a cada agregado, ainda que através de qualquer dependente, consorte ou companheiro.

2. Porém, as disposições do número anterior não se aplicam quando forem observadas cumulativamente as seguintes condições:

a) Quando ficar efectivamente comprovado o total aproveitamento do prédio já concedido e a sua manutenção, de acordo com as especificações ajustadas no contrato.

b) Quando o beneficiário fizer prova de meios técnico — financeiros suficientes para a exploração do outro prédio.

3. Perde direito a concessão de terras que integram o domínio privado do Estado destinadas a fins agrícolas, durante um prazo de cinco anos o beneficiário cujo contrato de usufruto foi rescindido por razões imputáveis exclusivamente ao mesmo.

Artigo XI

Plano de Exploração

1. A exploração do prédio concedido obedecerá ao Plano Agro-Pecuário, com a natureza jurídico-económica de contrato programa, proposto pelo beneficiário e as orientações do Departamento competente do Sector de Agricultura.

2. O Plano de exploração poderá, por conseguinte, ser modificado de acordo com a evolução da conjuntura económica e do mercado.

Artigo XII

Finalidade Diversa

É proibida a utilização do prédio concedido para finalidade estranha ou diversa daquela constante do Plano de Exploração, sem prejuízo das disposições legais relativas ao urbanismo e as necessidades da sua exploração.

Artigo XIII**Responsabilidade do Concessionário**

1. O concessionário será responsável pela fiel observância de toda a legislação vigente que, directa ou indirectamente, se relaciona com o prédio ou as actividades nele desenvolvidas.

2. O concessionário, sob pena de rescisão do contrato, fica obrigado a conservar:

- a) As infra-estruturas e construções anteriores, e bens naturais declarados de valor histórico ou arqueológico.
- b) A fachada arquitectónica dos prédios existentes.
- c) As reservas ecológicas ou espaços que representem património ambiental.

Artigo XIV**Fundamento de Rescisão**

1. Constituem fundamento de rescisão do contrato de concessão:

- a) Mora ou incumprimento de quaisquer obrigações contratuais, observando-se os prazos e termos estipulados.
- b) Abandono do prédio ou paralização das actividades propostas no Plano.

2. Se se verificar qualquer das causas constantes do número precedente, o Concessionário será notificado a justificá-las, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, findos os quais, não se tendo manifestado ou julgados improcedentes as suas razões, será declarada a rescisão.

3. A rescisão prevista, no ponto anterior não dará lugar à qualquer indemnização, nem tão pouco exime o usufrutuário das suas obrigações contratuais ou de ressarcir os prejuízos causados ao prédio.

4. Da declaração de rescisão caberá recurso junto dos tribunais comuns.

Artigo XV**Sucessão**

Findo o contrato por morte do concessionário, podem os seus herdeiros requerer a renovação do mesmo, assumindo o cabeça-de-casal legalmente determinado os direitos e obrigações emergentes do contrato.

Artigo XVI**Servidões Obrigatórias**

Sem prejuízo do disposto na legislação geral não poderá o concessionário impedir ou dificultar a livre passagem pelo prédio concedido, de canais de água, vias de acesso, rede de energia eléctrica, telefones ou de outros que tenham por fim a melhoria dos equipamentos da região, e sejam de iniciativa Estatal, através dos seus serviços competentes.

Artigo XVII**Remuneração do Usufruto**

1. A constituição do Direito de Exploração será remunerada mediante prestações anuais correspondentes a 15% do produto do Prédio.

2. A produção anual do prédio será determinada de conformidade com a rentabilidade normal da unidade de cultura, a determinar em legislação própria.

Artigo XVIII**Pagamento da Remuneração**

1. A remuneração do direito de usufruto será efectuada até o dia 31 de Janeiro de cada ano, calculando-se o valor proporcional aos meses decorridos, quando não se tenha completado um ano de vigência.

2. Em caso de atraso no pagamento, a remuneração será acrescida de multa equivalente a 10% do valor estipulado, mais juros de mora calculados nos termos do artigo 50.º do Código Geral Tributário.

3. A falta de pagamento de remuneração até o dia 31 de Julho de cada ano, constitui razão suficiente para a Declaração de rescisão do contrato exclusivamente imputável ao concessionário.

Artigo XIX**Garantia**

O Ministério da tutela deverá garantir o usufrutuário contra toda a tentativa de evicção, intervindo em seu lugar e representação, concedendo outro terreno nos mesmos termos e condições e/ou indemnizando-o, se for caso disso.

Artigo XX**Acesso ao Crédito**

1. É garantido o direito de acesso a Linhas Especiais de Crédito destinadas a instalação dos novos agricultores, custear as indemnizações previstas e os gastos com a assistência técnica e financeira necessária ao sucesso do empreendimento.

2. As Linhas Especiais de Crédito previstas no ponto anterior serão regulamentadas em diploma próprio.

Artigo XXI**Registo do Direito de Exploração**

Competirá ao concessionário registar no prazo de 180 dias após a celebração do contrato, sob pena de caducidade, o Direito de Exploração constituído sobre o prédio, correndo todas as despesas por sua conta.

Artigo XXII**Representação do Estado e Caução**

1. Para efeitos de constituição do Direito de Exploração, o contrato será celebrado pelo Director de Finanças, observados os preceitos legais em vigor.

2. É devida pelo usufrutuário no acto de celebração do Contrato constitutivo do Direito de Exploração uma caução de garantia de boa utilização da terra, quando a superfície desta for superior a quinze hectares.

Artigo XXIII**Pagamento da Caução**

1. É deferido por um prazo de três (3) anos o pagamento da caução de garantia à boa utilização do terreno, devendo o concessionário propor a Direcção de Finanças o modo de liquidação e o número de prestações pretendidas.

2. Em caso de não exercício desta prerrogativa ou da não liquidação voluntária da referida caução dentro dos prazos fixados, a Direcção de Finanças fica autorizada a cobrá-la nos termos e condições definidos pela alínea 2 do artigo 18.º do presente Decreto-Lei.

3. O valor da caução será fixado por Despacho do Ministro da tutela, ouvida a Direcção de Finanças e o Sector da Agricultura do Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros.

Artigo XXIV

Dúvidas e Omissões

As dúvidas e omissões serão resolvidas e preenchidas por Despacho do Ministro da tutela, ouvido o Sector da Agricultura.

Artigo XXV

Entra em Vigor

Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga todas as disposições de igual teor e força que o contraria.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em S. Tomé, aos 25 de Setembro. — O Primeiro Ministro, *Daniel Lima dos Santos Daio*. — O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança*. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, *Olegário Pires Tiny*. — Pelo Ministro dos Assuntos Económicos e Financeiros, *Oscar Aguiar do Sacramento e Sousa*. — O Ministro dos Assuntos Sociais, *João do Sacramento Bonfim*. — O Ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública, *Olegário Pires Tiny*. — O Ministro do Equipamento Social e Ambiente, *Oscar Aguiar do Sacramento e Sousa*. — Pelo Ministro para a Região do Príncipe, *Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança*.

Promulgado em 3 de Outubro de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, interino, LEONEL MÁRIO D'ALVA.

Decreto n.º 52/91

Tornando-se necessário por conveniência dos serviços dar por finda a comissão de serviço no cargo de Administrador do Hospital Dr. Ayres de Menezes, do Senhor Manuel Gonçalves Afonso;

Nestes termos,

No uso da faculdade conferida pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição Política, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º — Senhor Manuel Gonçalves Afonso — dada por finda a comissão de serviço no cargo de Administrador do Hospital Dr. Ayres de Menezes, para que havia sido nomeado por Decreto n.º 9/91 e publicado no *Diário da República* n.º 6 de 22 de Fevereiro de 1991, com efeitos a partir de 1 de Julho de 1991.

Art. 2.º — Senhora D. Maria do Carmo dos Santos Sequeira Bragança Neto — nomeada para exercer as funções de Administrador do Hospital Dr. Ayres de

Menezes, em comissão de serviço, com efeitos a partir de 1 de Julho de 1991.

Art. 3.º — Este Decreto entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em S. Tomé, a 1 de Agosto de 1991. — O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, *Daniel Lima dos Santos Daio*. — O Ministro dos Assuntos Sociais, *João do Sacramento Bonfim*.

Promulgado em 4 de Outubro de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, interino, LEONEL MÁRIO D'ALVA.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Despacho n.º 73/91

Face ao Despacho de 30 de Agosto de 1991, torna-se necessário responsabilizar os órgãos oficiais da Comunicação Social pelo seu próprio funcionamento;

Nesse sentido devem ser designados os responsáveis pelo funcionamento da Rádio Nacional e da Televisão Experimental;

Nestes termos,

No uso da faculdade que me é conferida pela alínea g) do artigo 99.º da Constituição Política,

Determino:

Artigo 1.º — É o Senhor Manuel Salvador dos Ramos, designado para coordenar o funcionamento da Rádio Nacional.

Art. 2.º — É o Senhor Carlos Alberto Teixeira d'Alva designado para coordenar o funcionamento da Televisão Experimental.

Art. 3.º — Este despacho entra imediatamente em vigor.

S. Tomé, aos 16 de Setembro de 1991. — O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, *Daniel Lima dos Santos Daio*.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Despacho n.º 74/91

A fim de permitir maior eficiência na Coordenação do Sector da Educação que integra o Ministério dos Assuntos Sociais, e, enquanto que de outra forma não for providenciado;

No uso das faculdades que me são conferidas;

Determino:

São os senhores Dr. Alberto Fernandes Leal e Lurdes Maria Lima Viegas Pires dos Santos, designados para exercerem cumulativamente os cargos de coordenador